



Câmara dos Deputados

PDC 1.057/2013

Autor: Arnaldo Jardim

Data da Apresentação: 17/07/2013

Ementa: Para sustar os efeitos normativos do ato do Conselho Nacional de Política de Energia Elétrica - CNPE, que, sob o pretexto de estabelecer diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, atribuiu parte dos custos incorridos na geração de energia termelétrica aos agentes produtores e comercializadores, estabelecendo encargo sem a edição de lei específica para tanto, o que representa frontal violação à Constituição Federal.

Forma de Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Texto Despacho: Revejo o despacho aposto ao Projeto de Decreto Legislativo n. 1.057/2013, datado de 11/10/2013, para retificar a competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, incluindo a aptidão para análise do mérito. Publique-se.

[ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PDC N. 1.057/2013: às CDEIC, CME, CFT (art. 54 do RICD) e CCJC (mérito e art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Ordinário]

Regime de tramitação: Ordinária

Em 16/10/2013